Adiamento na reunião do FMI altera cronograma na Europa

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A perspectiva de que a reunião do "board" de diretores do Fundo Monetário Internacional (FMI), na qual deverá ser discutido o relatório sobre a economia brasileira, venha a ocorrer só em dezembro altera um pouco o cronograma para o encaminhamento do acerto externo e que fazia prever que já em dezembro o Brasil estivesse sentado à mesa de negociações para discutir o reescalonamento da dívida junto a governos, no Clube de Paris.

Para vencer a resistência do Clube de Paris — onde são negociadas as dívidas contraídas junto a governos e a agências governamentais — à dispensa do monitoramento do FMI, uma alternativa se coloca com chances de satisfazer os membros credores do

Clube de Paris e o governo brasileiro.

Ela passa pela disposição do FMI, já acenada pelo diretor-gerente do organismo, Jacques de Larosière, em trabalhar para que a diretoria do "board" concorde com a remessa do relatório consultivo aos membros do Clube de Paris, acompanhado de um documento com comentários sobre o programa de estabilização econômica introduzido no País a partir do Plano Cruzado. Como se sabe, o relatório do FMI, conforme está previsto no artigo 4, limita-se apenas a apresentar estatísticas e a fazer projeções, já que não se propõe a interpretar os dados.

O Brasil, por injunções políticas, não quer que a missão consultiva anual do FMI se transforme em consulta bianual. Teme-se um desgaste interno pela vinda ao País de duas missões do

FMI a cada ano. Por outro lado, alguns representantes dos credores no Clube de Paris já deram sinais de que aceitariam a dispensa do monitoramento do FMI sobre a economia brasileira, desde que dois relatórios de avaliação fossem confeccionados por ano pelos técnicos do Fundo.

É possível que se chegue a um entendimento de meio-termo: o Brasil concordaria com as consultas semestrais, mas admitiria apenas uma missão do FMI no País por ano. O outro relatório teria de ser extraído a partir da ida de uma missão de técnicos brasileiros a Washington.

O FMI teria apenas de conseguir que os relatórios consultivos com relação ao Brasil passem a ser, daqui em diante, remetidos para o Clube de Paris. "Este é um fato novo, que demanda uma mudança de postura da parte do Clube, mas

espera-se que o entendimento seja feito em torno daquilo que o Brasil pretende, já que está claro que não vamos negociar com o FMI", explicou a mesma fonte.

O governo brasileiro ainda não chegou a definir pontos básicos como, por exemplo, o prazo do reescalonamento nem mesmo se a carência deve ser total ou parcial. A fase de entendimentos com os bancos deve ficar para depois do acerto com o Clube de Paris, com a determinação de que tudo será feito no sentido de se obter uma redução substancial de transferência de recursos para o exterior, dentro de um espírito negocial.